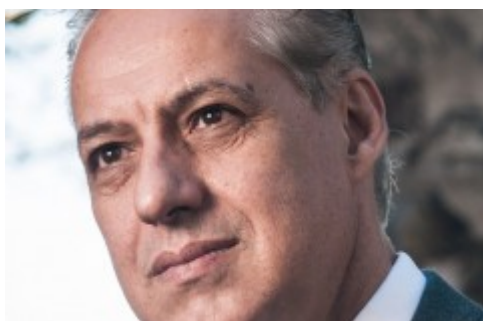


08/05/2018 - 05:00

O peso do maior rigor ambiental chinês

Por **Kauanna Navarro**

Eduardo Leduc, da Andef: as restrições chinesas encareceram defensivos

O endurecimento da fiscalização ambiental na China desde o ano passado está provocando mudanças relevantes na dinâmica global do agronegócio, sobretudo nas áreas de defensivos, algodão e carne suína. E, se no segmento de agroquímicos as mudanças têm afetado o Brasil de maneira negativa, pelo menos neste momento, nos outros dois mercados os reflexos são positivos.

Em 2017, mais de 700 fábricas de empresas químicas chinesas foram fechadas por irregularidades ambientais, e cerca de 30 mil companhias foram multadas. Como o país é um importante exportador de defensivos genéricos, o movimento reduziu a oferta global de produtos como glifosato e gerou alta de preços, que ainda tende a se intensificar. Segundo Pequim, as matérias-primas originadas na China deverão subir 15% nos próximos dois anos.

Leia mais

1. [Metas de Pequim](#)

"Temos informações de aumentos de preços entre 15% e 30% neste ano no Brasil. Mas tem caso de matéria-prima que ficou 70% mais cara", afirma Eduardo Leduc, presidente do conselho diretor da Associação Nacional de Defesa Vegetal (Andef).

Para as empresas de agroquímicos que atuam no país, os problemas começaram a aparecer no segundo semestre do ano passado. Em novembro, Rodrigo Gutierrez, presidente da israelense Adama no país, reclamou que já não tinha glifosato para vender havia três meses - e isso que a múlti é controlada pela estatal ChemChina.

Segundo Silvia Fagnani, diretora do Sindicato Nacional da Indústria de Produtos para Defesa Vegetal (Sindiveg), houve queda de 50% na produção chinesa de glifosato.

Para analistas e executivos, no longo prazo as restrições chinesas poderão beneficiar a indústria brasileira, na forma de novos investimentos na ampliação da produção local. "Química com tecnologia limpa é muito mais cara. No fim, era uma competição desleal da China com outros países", afirma Leduc.

Também por causa das mudanças na China, a alemã Basf já vem ampliando os aportes no Brasil. Nos últimos cinco anos, investiu cerca de US\$ 100 milhões e dobrou a capacidade de formulação de fungicidas e inseticidas no país.

A Adama também não quer sofrer com dependência. A empresa planeja investir entre US\$ 30 milhões e US\$ 50 milhões para ampliar sua produção no Brasil. Até 2019, pretende implantar mais duas unidades em seu complexo em Londrina (PR), que já tem três plantas, e planeja outras duas fábricas até 2020 em Taquari (RS).

A indústria de fertilizantes vem sendo impactada pelas mudanças chinesas há mais tempo. Oito anos atrás, o país passou a limitar o consumo de carvão, o que afetou a indústria de nutrientes derivados do nitrogênio, que utiliza o insumo. Os preços subiram, e agricultores e indústrias tiveram que se adaptar no mundo todo. Hoje, a China usa apenas 50% de sua

capacidade de produção de fertilizantes nitrogenados.

O endurecimento das regras ambientais no país asiático também provocou o fechamento de fábricas de tecidos sintéticos, cujos resíduos não tratados poluem rios e o ar. As que não fecharam tiveram de se adequar, e os preços da fibra sintética ficaram mais salgados. Com isso, afirma Victor Ikeda, analista do Rabobank, as fibras naturais tem sido beneficiadas, e o Brasil pode ter boas oportunidades.

O Brasil é um dos cinco maiores países produtores e exportadores de algodão, e o aumento da demanda pela commodity - e dos preços - levou a um crescimento de 21,9% da área plantada no país neste ciclo 2017/18, segundo a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab).

De acordo com o Departamento de Agricultura dos EUA (USDA), na safra internacional 2017/18, que terminará em agosto, a demanda global por algodão crescerá 4,9%, para 26,2 milhões de toneladas de pluma. Segundo a Conab, o Brasil deverá exportar 975 mil toneladas, 17% a mais que em 2016/17. E o cenário poderá ser até mais favorável a depender dos desdobramentos da guerra comercial entre a China e os EUA.

Outro segmento que vem sentindo os efeitos das leis ambientais mais duras na China é o de proteínas animais. Em 2016, cerca de metade dos 800 milhões dos suínos do mundo estavam no país, a maior parte em granjas com até 500 animais. Aproximadamente 200 mil foram fechadas com o compromisso chinês de reduzir a poluição nos rios, e o número caiu para 350 milhões.

"A China tinha como proposta aumentar a produção de suínos, mas esbarrou na legislação ambiental. Acontece que a classe média e o consumo de carne suína seguem aumentando", lembra o economista Felipe Serigati, da Fundação Getulio Vargas (FGV).

Ainda não é possível afirmar que o Brasil vá abocanhar parte da demanda adicional da China decorrente da redução da oferta doméstica, mas há sinais promissores nesse sentido. Isso porque o país asiático já é um cliente importante para os exportadores brasileiros. No ano passado, importou 48,9 mil toneladas de carne suína do Brasil (US\$ 100,6 milhões). Em fevereiro, foi o principal destino dos embarques do Brasil - absorveu 28,4% de exportações que somaram 310,5 mil toneladas.

De acordo com dados da Associação Brasileira de Proteína Animal (ABPA), no primeiro trimestre do ano as exportações brasileiras de carne suína para a China somaram 39,2 mil toneladas, 152% mais que no mesmo período de 2017. Hong Kong foi o destino de 46,4 mil toneladas, um incremento de 23% na mesma comparação.